boletim apubh

Boletim Informativo da Associação dos Professores Universitários de B.H. - Ano 1 - nº 3 24/04/90

Editorial

APREENSÃO

O último editorial refletiu nossas expectativas quanto ao semestre que se iniciava. Na ocasião, aguardávamos a posse do novo Presidente e suas anunciadas "iniciativas de impacto".

Há pouco mais de um mês do lançamento do chamado "Plano Brasil Novo", a expectativa cedeu lugar à apreensão com os rumos políticos, sociais e econômicos do País, dado o recrudescimento do autoritarismo, a ameaça do desemprego de grandes contingentes de trabalhadores e o fantasma da recessão aguda e até mesmo da depressão, tudo isso com os respectivos corolários que a história não nos deixa esquecer. Seria este o custo inevitável do combate à inflação ?

Sem dúvida, esta e outras questões têm despertado polêmica nos mais diversos meios e não seria este o espaço adequado para esgotarmos a apreciação do Plano Collor.

Cabe, no entanto, apontar, aqui, algumas das repercussões da iniciativa governamental na vida da Universidade e nas condições de trabalho de seus profissionais. As normas de conduta do servidor público (MP 159), as diretrizes orçamentárias para 1991, a prefixação de preços e salários (MP 154) são exemplos das dificuldades que nos aguardam.

A massa crítica para uma análise mais profunda já está se acumulando, mas restrições de ordem técnica obrigam a que elas sejam melhor elaboradas. Além do mais, o esperado "pacote da educação", que pode nos atingir com maior impacto, ainda não havia sido lançado no fechamento desta edição.

Neste número, portanto, nos aliamos ao debate nacional, com uma contribuição sobre a questão dos salários no conjunto do Plano Collor (veja artigo "Salários Mezzo a Mezzo", na página 3).

Como sempre, o Boletim APUBH está aberto à colaboração de todos que desejem se manifestar sobre este e sobre os demais assuntos pertinentes.

RJU: MOBILIZAÇÃO PARA GARANTIR UM DIREITO

No último dia 05.04, esgotou-se o prazo estabelecido pela Constituição para a regulamentação do RJU dos servidores públicos. Foram 18 meses de esperas e protelações: o governo Sarney levou 13 meses para encaminhar o projeto de lei ao Congresso Nacional que omitiu-se perante suas responsabilidades legislativas, sucumbiu ante a campanha de aviltamento do Serviço Público e, passados cinco meses, não apreciou o projeto.

No entanto, este mesmo Congresso acabou por votar naquela data um projeto de conversão que estabelece um código de repressão aos servidores (MP 159). Tornou-se, com isso, conivente com o governo, que quer tratar o servidor público com chicote e punição.

Os docentes do ensino superior, através de sua entidade máxima, a ANDES - SN, denunciaram e repudiaram o fato, exigindo que "o Congressso Nacional vote prontamente um projeto de lei que:

- transforme radicalmente as relações autoritárias vigentes entre Estado e Servidor Público, consubstanciadas no Estatuto do Funcionalismo Público (Lei 1511/52), na MP 159 e no PL 4058;
- estabeleça os fundamentos institucionais para a democratização da gestão do Estado e da Administração Pública;
- garanta e torne viáveis os direitos mínimos dos servidores previstos na Constituição - e até agora não implementados - especialmente a aposentadoria integral e a estabilidade no emprego".

Além disso, a ANDES-SN (em nível nacional) e a APUBH, (no âmbito local), estão estudando a possibilidade de impetrar um "mandado de injunção", para garantir nossos direitos constitucionais já assegurados e não regulamentados.

24 de abril - Dia Nacional de Protesto

Debate: "O impacto do Plano Cruzeiro na UFMG" com a presença da Reitora Vanessa Guimarães - Auditório da Reitoria - 16:30 h - nesta terça. - Promoção: APUBH - DCE - ASSUFEMG

APUBH EM BRASÍLIA

Desde a edição do Plano Collor o Fórum das Estatais vem se reunindo, em Brasília, com a participação das entidades representativas dos trabalhadores, inclusive da ANDES-SN.

Além das iniciativas conjuntas, com a representação dos demais servidores, a ANDES-SN tem reunido o setor das federais (no final de março e nos dias 17 e 19.04) para a discussão e encaminhamento de iniciativas capazes de fazer face às investidas do Plano Collor contra o emprego e a garantia dos direitos dos servidores públicos.

A APUBH tem participado de todos estes encontros, através de seus delegados indicados em Assembléias (Laura Micolli, no final de março, José Maurício e Domingos Giroletti, em abril) e do presidente Elias Antônio Jorge.

CARTA ABERTA AOS PARLAMENTARES

Cumprindo resolução da Assembléia Geral, realizada dia 29.03, a APUBH encaminhou aos parlamentares mineiros que votaram o Plano Collor no congresso uma Carta Aberta, com referência especial ao então relator da MP 154, deputado Roberto Brant.

A Carta Aberta aos Parlamentares Mineiros, depois de relacionar mais de uma dezena de críticas a pontos específicos do Pacote, fazia cinco propostas de alteração à MP 154, com o objetivo de manter a política salarial vigente até a posse do novo governo, introduzir mecanismos de proteção ao emprego, garantir a reposição da inflação de 16 de fevereiro a 15 de março, os respectivos resíduos já conquistados anteriormente, bem como exigir a definição de uma forma de reposição futura dos salários.

Apenas um deputado acusou o recebimento da Carta Aberta (Otávio Elísio), comprometendo-se com a proposta da Assembléia Geral da APUBH, através da elaboração de emendas.

NA JUSTIÇA, PELA APOSENTADORIA

De acordo com o PUCRCE (Decreto 94664 de 1987), o servidor aposentado em regime de CLT ou seus pensionistas têm direito a proventos iguais aos do pessoal em atividade.

A APUBH e a ASSUFEMG estão patrocinando uma ação judicial conjunta, para garantir o cumprimento deste direito aos seus associados. A ação abrangerá todos os servidores celetistas da UFMG, que tenham se aposentado ou falecido em qualquer época.

Os interessados devem entrar em contato com Fernanda, na APUBH, ou Sheila, na ASSUFEMG, no período de 25.04 a 31 de maio próximo, munidos dos seguintes documentos:

1 - Procuração, com firma reconhecida e questionário preenchido (obtido previamente nas respectivas entidades acima citadas).

2 - Xerox autenticado da carteira de trabalho, onde consta a anotação do contrato com a UFMG.

3 - Recibos de aposentadoria ou pensão do INPS ou xerox autenticado.

4 - Xerox autenticado da comprovação da qualidade de pensionista.

AUDIÊNCIA COM A REITORA

A primeira audiência da APUBH com a reitora Vanessa Guimarães, depois da posse, foi no dia 02.04, com a presença dos pró-reitores de Administração, prof. Lair Rennó e de Planejamento, prof. Jacques Schwartzmann, além do chefe do Departamento de Pessoal, Arnoldo Batista e de um representante do Centro de Computação.

Nesta primeira audiência, a APUBH solicitou à nova administração que agilizasse o processo de devolução do I.R., descontado a mais (de fevereiro a setembro de 89), em valores corrigidos, tal como procede a Receita Federal, que restitui os valores em BTN fiscal. A APUBH reivindicou, também, que se fizesse o estorno, em cruzeiros, dos cruzados novos retidos pelo Plano Collor, dos professores relativos ao mês de março (no contracheque de fevereiro). A intenção era a de que a Administração desbloqueasse esses cruzados novos o mais rápido possível, visto que o pagamento antecipado representou, na prática, dívida em cruzados novos contraída com a UFMG antes da edição do Plano, a ser paga quando do recebimento integral do salário de março (pago em cruzeiros).

A questão da Sede da APUBH no Campus avançou com a sugestão de que seja construído, junto, um novo restaurante, que, dado o seu caráter de uso comunitário, entraria como prioridade, antes de outros projetos.

O Plano Collor e seu impacto junto à Universidade também foi discutido nessa audiência. Dentre as preocupações comuns à APUBH e à Administração destacam-se: o limitado orçamento para as universidades, cuja renegociação já está em pauta; a contingência da absorção pela Universidade do pessoal dos órgãos extintos, colocados em disponibilidade e, finalmente, a expectativa do "pacote da educação", que atingirá as universidades federais.

SEGURO EM GRUPO

A CET - Administradora e Corretora de Seguros, autorizada pela APUBH a angariar associados ao seguro de vida em grupo e acidentes pessoais, informa aos segurados que, devido às exigências resultantes do Plano Collor, deverão emitir, em cheque nominal ao Club Sul de Seguros, o valor da mensalidade, no ato da assinatura do Cartão Proposta. Isto vai garantir cobertura no dia 1º do mês subsequente ao da assinatura e não mais no 2º, como era feito até agora.

Em maio, a CET fará o aumento automático nos seguros já contratados até hoje, face à defasagem provocada pela inflação do período.

SALÁRIOS "MEZZO A MEZZO"

Metade em Prisão Perpétua, Metade em Libertade Vigiada

** Elias Antônio Jorge*

A MP 154, que estabelece a prefixação de salários e preços, foi transformada em lei, através do Projeto de Lei de Conversão. O presidente da República vetou os dispositivos mais relevantes deste Projeto, a saber:

- o gatilho salarial trimestral que reporia a diferença entre aumentos de preços e salários;
- o impedimento ao efeito suspensivo em torno de pontos de dissídios coletivos de trabalho;
- a obrigatoriedade de o Executivo apresentar um projeto de lei com uma nova política salarial até o dia 15 de agosto, repondo perdas salariais.

Isto significa uma reafirmação do propósito do Executivo de anular para os salários o IPC de março (84,32%), medido entre 16 de fevereiro e 15 de março. Para o salário dos servidores federais seria "esquecido", também, o redutor de 5% aplicado sobre o IPC de janeiro, que reajustou nossos salários em 1º de fevereiro. Portanto, o reajuste de 103,21%, que deveria ser aplicado aos salários em 1º de abril vai ficar reduzido a irrisórios 5% (correspondentes ao redutor de fevereiro), aplicáveis retroativamente a 1º de março (o pagamento em folha suplementar foi feito dia 17.04, juntamente com a devolução do I.R., descontado em excesso sobre os salários de março).

Na prática, ficaremos com uma defasagem salarial de 93,54%, para cobrir apenas a inflação ocorrida até 15 de março (o índice, mais o redutor). Isto equivale a uma redução de quase a metade do valor do salário, o que nos permite estabelecer a seguinte comparação:

- trabalharemos 40 horas e seremos remunerados por 21 h.
- não haverá desemprego (?), mas ficaremos "des-assalariados" em 48%, quer dizer, trabalharemos 30 dias e receberemos por 15,5 dias;
- por 13 salários anuais, receberemos apenas 6,7 salários;
- o salário do professor Titular reduz-se ao do Assistente I, e o do Adjunto IV ao do Auxiliar I, numa autêntica regressão funcional;
- o Governo Federal, nosso empregador, vai passar a arrecadar integralmente em BTN-fiscal (com atualização diária) e vai remunerar os seus servidores com salários "mezzo a mezzo" (metade em prisão perpétua e metade em liberdade vigiada) atualizados (?) mensalmente;
- finalmente, para efeito da folha de pagamento, é como se 480 mil servidores (de um universo de um milhão) houvessem sido demitidos.

Para responder a esta situação, o Movimento Docente e o Movimento Sindical têm duas opções: renunciar à luta por salários, em prol da luta pelo emprego, ou ir à luta por salários com garantia de emprego. Para nós, a opção mais correta é a segunda. Para isto, vislumbramos três caminhos que não se excluem.

O primeiro é o da luta política, consolidando a organização e investindo no processo de mobilização e tomada de consciência. O segundo é o da luta no parlamento, pela derrubada dos vetos presidenciais e pela instituição de uma política que assegure a integralidade dos salários. E o terceiro é o da luta na justiça, para assegurar o direito à reposição das perdas provocadas por uma inflação já consolidada nos preços, quando da decretação do Plano Cruzeiro.

Consideramos o caminho da luta no parlamento como de prioridade imediata, o que não dispensa a luta política em articulação com outros segmentos do Movimento Sindical, até mesmo para aumentar as chances de reverter o quadro na frente parlamentar.

Quanto à luta jurídica, ela deve ser encaminhada pela ANDES-SN, em articulação com outros segmentos do Movimento Sindical e da Sociedade Civil Organizada (OAB, ABI etc).

Como reflexão final, é bom lembrar que: parcelas do capital foram sequestradas pelo governo, com 18 meses de prazo para o início do resgate; metade dos salários foi condenada à prisão perpétua; parcela dos empregos foi condenada à morte; outros, como os nossos, estão em regime de liberdade vigiada. Tudo isto sem direito à defesa! Você acha que vai parar por aí?

Para enfrentar esta situação entendemos que, hoje, mais do que nunca, é fundamental a consolidação da ANDES-SN e das seções sindicais, estabelecendo as eleições de 8, 9 e 10 de maio próximo como um momento privilegiado desta consolidação, através do envolvimento e da participação massiva de todos os docentes.

** Presidente da APUBH*

VEJA, JUNTO A ESTA EDIÇÃO, A CARTA DE PRINCÍPIOS DA CHAPA ANDES
AUTÔNOMA E DEMOCRÁTICA - LEIA, DISCUTA, PARTICIPE, VOTE.
ELEIÇÃO DIAS 8, 9 E 10 DE MAIO.

O PLANO : A QUE VEIO ?

A que projeto político serve o Plano Cruzeiro ? Para debater esta questão, a APUBH realizou uma Mesa Redonda, dia 10.04 , no Centro Cultural da UFMG. Participaram da mesa o prof. Paulo Rizzo, da UFSC e candidato a Vice-Presidência da ANDES-SN, Valdo Silva, presidente do PSB em Minas, e os professores Fernando Pimentel, da Face e Elias Antônio Jorge, presidente da APUBH.

Nesta terça, 24.04, a APUBH realiza, junto com a ASSUFEMG e o DCE, outra mesa redonda sobre os efeitos do Plano na UFMG, com a participação de representantes da Administração, cumprindo decisão da Assembléia Geral de 18.04. Participe, discuta ! Venha conhecer o tamanho do problema que nos afeta a todos.

PROFESSOR AMÍLCAR

A Assembléia Geral do último dia 18 aprovou moção de pesar pela morte do prof. Amílcar Vianna Martins, ocorrida no dia 13.04. Professor Emérito do ICB e cientista reconhecido internacionalmente, Amílcar Vianna Martins dedicou sua vida à pesquisa da Doença de Chagas, e influenciou na formação de inúmeros quadros de pesquisadores e docentes universitários. Deixa conosco a saudade e o exemplo de uma carreira digna, que serve de inspiração às novas gerações de docentes e cientistas.

ANDES EM CAMPANHA

O professor Paulo Rizzo, da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Santa Catarina, visitou, na primeira quinzena de abril, as associações de docentes de Belo Horizonte, Lavras, São João Del Rei e Viçosa, acompanhado pelo presidente da APUBH e candidato à Vice-Presidência da Regional Leste (MG e ES) da ANDES, Elias Antônio Jorge.

Rizzo é candidato a vice-presidente da Executiva Nacional da ANDES para o biênio 90/92 e sua visita teve como objetivo principal sensibilizar os colegas para as eleições que serão realizadas nos próximos dias 8, 9 e 10 de maio.

Junto com Elias Jorge, Rizzo participou do debate sobre o Plano Collor, promovido pela APUBH, no dia 10.04 , no Centro Culturalda UFMG, além de divulgar, junto com a APUBH, a Carta de Princípios da Chapa ANDES AUTÔNOMA e DEMOCRÁTICA. (Veja, anexo).

PROGRESSÃO FUNCIONAL
O CASO DE VIÇOSA

A Assembléia Geral dos professores da UFMG, reunida em 18.04.90, com relação à questão da progressão de professores sem avaliação de desempenho, da progressão de professores Adjunto IV a Titular, sem Concurso Público, e ao inquérito administrativo aberto contra o presidente da ASPUV pela Reitoria da Universidade Federal de Viçosa, se manifesta reafirmando que:

1 - É posição histórica do Movimento Docente, consolidada no PUCRCE de 1987, que as progressões na carreira devem ser "exclusivamente por titulação e desempenho acadêmico" e para professor Titular, exclusivamente por Concurso Público.

2 - O tempo de serviço é tão somente um pré-requisito para requerer a avaliação de desempenho, estando previstas no plano dois tipos de interstício: 2 anos para docentes que estão na instituição e 4 anos para docentes à disposição de outro órgão público.

3 - A APUBH esteve presente em praticamente todas as reuniões de negociação e elaboração do PUCRCE, quando encaminhou as decisões do Movimento Docente, dentre as quais a de que não haveria, para docentes, progressões automáticas por tempo de serviço, o que foi aceito por todas as entidades envolvidas na negociação e pelo governo.

4 - Quanto ao inquérito administrativo, reitera a posição de arquivamento, expressa na audiência concedida pela Reitoria da U.F. de Viçosa aos professores Paulo Rizzo, da UFSC, e Elias Antônio Jorge, da UFMG, na qualidade de candidatos a 1ª Vice-Presidência Regional Leste da ANDES, insistindo que a abertura das negociações entre Reitoria e ASPUV é o caminho mais adequado para o encaminhamento das soluções que o caso requer.

A Assembléia Geral determinou também que a Diretoria da APUBH faça chegar esta nota ao reitor da UFV, à ASPUV, à ANDES-SN e aos colegas do Movimento Docente, através das AD's seções sindicais.

boletim apubh Publicação quinzenal da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte. Distribuição gratuita. Tiragem 2.500 exemplares. Correspondência: Rua Carangola, 288, salas 4 e 5, Santo Antônio - CEP 30350 - Belo Horizonte, Minas Gerais. Diretor Responsável: José Henriques maia Filho. Edição: Eliane Facion Reg. Prof. nº 2199 - MG. Diagramação, Composição e Artefinalização: Memória Editoração Eletrônica - 484-2349.

Diretoria da Apubh - Gestão 89/91
Elias Antônio Jorge (Presidente); José Henriques Maia Filho (1º Vice); Domingos A. Giroletti (2º Vice); Laura Stella Míccoli (1ª Secretária); Herzília M. de Lima Bastos (2ª Secretária); José Maurício Machado da Silva (1º Tesoureiro); José Antônio Armanelli (2º Tesoureiro); Paulo Augusto Moreira Camargos (1º Suplente); Pompea Peret de Brito da Rocha (2ª Suplente).